

Masculinidade hegemônica e educação: *um estado do conhecimento*

Hegemonic masculinity and education:
a state of knowledge

Masculinidad hegemónica y educación:
un estado de conocimiento

 **EDUARDO DOS SANTOS HENRIQUE***

Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão – SC, Brasil.
Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, Tubarão – SC, Brasil.

 **LUCIANO DAUDT DA ROCHA****

Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão – SC, Brasil.

 **GABRIELA DA SILVA*****

Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, Tubarão – SC, Brasil.

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo compreender quais conhecimentos políticos e epistemológicos sobre masculinidade hegemônica vêm sendo utilizados e produzidos por pesquisas que discutem gênero e sexualidade no contexto educacional brasileiro. A fim de ter um espectro mais abrangente, não se delimitou um recorte temporal específico. Empregou-se a técnica da *análise categorial* para perscrutar os dados à luz do pensamento crítico decolonial, vertente epistemológica do Sul Global que considera uma ampla e diversa gama de saberes relacionando gênero e sexualidade à colonialidade. Os resultados apontam discussões potentes, embora iniciais, que denunciam,

* Mestre em Educação e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina. Professor de Língua Portuguesa e Inglês na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. *E-mail:* <eduhenrique1402@gmail.com>.

** Doutor em História. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e dos cursos de graduação em Pedagogia e Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina. *E-mail:* <lucianocoordenacao@gmail.com>.

*** Doutora em Educação. Professora orientadora de convivência na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. *E-mail:* <geduca@hotmail.com>.

de certa forma, processos de violências, ao passo que visam tornar a escola um ambiente menos desigual e mais acolhedor.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Masculinidades. Escola.

ABSTRACT: This research aims to understand what political and epistemological knowledge about hegemonic masculinity has been used and produced by research that discusses gender and sexuality in the Brazilian educational context. In order to have a more comprehensive spectrum, a specific time frame was not defined. The technique of categorical analysis was used to examine the data in light of decolonial thinking, an epistemological aspect of the Global South that considers a wide and diverse range of knowledge relating gender and sexuality to coloniality. The results point to powerful discussions that, although initial, denounce processes of violence in a certain way and aim to make the school a less unequal and more welcoming environment.

Keywords: Gender. Sexuality. Masculinities. School.

RESUMEN: Esta investigación tiene como objetivo comprender qué conocimientos políticos y epistemológicos sobre la masculinidad hegemónica han sido utilizados y producidos por investigaciones que discuten género y sexualidad en el contexto educativo brasileño. Para un espectro más amplio, no se definió un plazo específico. Se empleó la técnica de *análisis categórico* para escudriñar los datos a la luz del pensamiento descolonial crítico, un aspecto epistemológico del Sur Global que considera una amplia y diversa gama de saberes que relacionan el género y la sexualidad con la colonialidad. Los resultados apuntan a debates potentes, aunque iniciales, que denuncian, en cierto modo, procesos de violencia, mientras objetivan tornar la escuela un ambiente menos desigual y más acogedor.

Palabras clave: Género. Sexualidad. Masculinidades. Escuela.

Introdução

Assim como outras instituições modernas/coloniais, a escola está inserida em um contexto socioeconômico, político e cultural conflituoso e contraditório. Destarte, (re)produz normas e valores ao disciplinar estudantes para se afirmarem como homens e mulheres 'de verdade'¹. Simultaneamente, a escola naturaliza

comportamentos considerados ‘normais’, o que gera inúmeras práticas discriminatórias, violentas e opressoras, contribuindo para o processo de expulsão² de corporalidades e identidades rotuladas como estranhas, abjetas ou anormais.

Dados extraídos da plataforma Painel NEPRE – Núcleo de Educação e Prevenção às Violências na Escola, estruturado pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina – SED/SC, revelam números de ocorrências registradas pelas unidades escolares durante o ano letivo de 2022. Os registros evidenciam que 53% das vítimas de violência na escola são estudantes do sexo feminino. Em contrapartida, estudantes do sexo masculino representam 62% dos agressores.

No NEPRE, algumas das categorias utilizadas para classificar os fatos parecem demasiadamente abrangentes, tais como *dificuldades comportamentais e emocionais; relações interpessoais; orientação sexual; gênero; identidade de gênero* e *namoro*, sem que a plataforma apresente definições conceituais. Há também uma imprecisão transmitida pela considerável quantidade de informações categorizadas como *outro*. Ainda assim, consideramos que a menção a termos que se referem à diversidade sexual e de gênero em documentos como o Painel NEPRE comprova que há estudantes, professores/as e demais integrantes da comunidade escolar vulneráveis à ação de violências específicas, como homo/transfobia, sexismo, machismo, misoginia etc.

Há um traço comum nos/nas sujeitos/as que sofrem essas violências diversas vezes na escola. São corporalidades e identidades marginalizadas porque desviam, dissidem e resistem ao padrão binário e hegemônico imposto pelo sistema de gênero moderno/colonial. Este, apoiado no patriarcado e na cis-heterossexualidade, opera relações sociais desiguais, estruturadas sobre a opressão e a dominação. Partilhamos do pensamento de Oyèrónké Oyèwùmí³, para quem “gênero é antes de tudo uma construção sociocultural” (OYÈWÙMÍ, 2020, p. 98), um sistema ocidental de assimilação e transmissão de produções hierárquicas e classificatórias do que é lido socialmente como sendo masculino ou feminino.

Consideramos que as relações de poder são historicamente dominadas por homens que performatizam um padrão hegemônico de masculinidade. Assim, percebemos como a aversão a sujeitos/as que desempenham papéis contra-hegemônicos de gênero e sexualidade contribui para a perpetuação de violências no ambiente escolar. Independentemente disso, novas identidades sexuais e de gênero se afirmam diariamente, tornando visíveis processos de resistência e fazendo da escola um ambiente ainda mais plural.

Como as teses e dissertações vêm abordando práticas sociais de masculinidades em contextos educacionais? O objetivo deste estudo é compreender quais conhecimentos políticos e epistemológicos sobre masculinidade hegemônica são utilizados e produzidos por pesquisas que discutem gênero e sexualidade no contexto educacional brasileiro. O caminho que percorremos é do *estado do conhecimento* (ROMANOWSKY & ENS, 2006). Partindo de um levantamento em bases de dados, 17 produções foram examinadas utilizando o

método da *análise de conteúdo*, sistematizado por Laurence Bardin (2010). O estudo foi embasado em epistemologias pós-coloniais, com destaque para o pensamento crítico decolonial e as perspectivas do Sul Global sobre gênero e sexualidade, representados por María Lugones (2018) e Raewyn Connell (1995; 2013; 2016).

Na primeira parte deste artigo, apresentamos uma discussão teórica e política sobre gênero e sexualidade, dando centralidade às masculinidades e suas relações desiguais estendidas ao contexto educacional. Em seguida, expomos um panorama da pesquisa realizada nas teses e dissertações, enfatizando os conceitos de masculinidade hegemônica empregados por seus/suas autores/as e as contribuições para pensar processos de violências na escola, bem como movimentos de resistência frente à divisão binária e heterossexista socialmente imposta.

Gênero, conhecimento e decolonialidade

Sem desconsiderar as contribuições dos estudos ocidentais de gênero e sexualidade, é oportuno apresentar reflexões teóricas e políticas do Sul Global elaboradas a partir de experiências frequentemente negligenciadas em pesquisas científicas. Essas reflexões incluem estudos abordando diversas formas de expressar a masculinidade, desafiando visões tradicionais que a associam a aspectos biológicos ou preceitos dogmáticos.

Partilhamos das ideias de María Lugones (2018) e Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (2020), que entendem gênero como uma imposição colonial, ou seja, uma construção capitalista eurocentrada. As autoras comparam as sociedades originárias, geralmente regidas por valores ginocráticos e igualitários, às sociedades modernas/coloniais, majoritariamente organizadas de maneira hierárquica e patriarcal.

O pensamento decolonial apresenta uma abordagem crítica dos dispositivos que levaram à colonização das sexualidades *outras* e à superposição das noções ocidentais de identidade e gênero. O ponto de partida desse processo remonta ao início da modernidade, a partir da conquista e da colonização dos povos originários. Modernidade essa que, a partir do século 15, provocou impactos em toda a pluralidade de concepções de mundo que regiam as sociedades conquistadas, sobretudo de África e Abya Yala⁴. Com o passar do tempo, essas cosmovisões sucumbiram ao poder capitalista global organizado pela modernidade e pela colonialidade do poder⁵.

Levando em conta um registro literário do século 17, Luiz Mott (2011) denuncia o que suspeita ser o primeiro episódio de homofobia no Brasil: o caso de Tibira do Maranhão. Trata-se do relato de Yves D'Evreux (D'EVREUX, 1613-14 *apud* FERNANDES, 2016), mencionando um indígena que, por manter práticas homossexuais, foi amarrado a uma bala de canhão e atirado do Forte de São Luiz, tendo seu corpo se partido em dois. Estevão Rafael Fernandes (2016) destaca que *tibira* era a designação utilizada pelos tupinambás

para descrever homens envolvidos em relações homoeróticas. O autor apresenta relatos que confirmam que a homossexualidade não era motivo de exclusão nas aldeias. Dessa forma, o início da violência contra esses corpos foi instaurado pelos colonizadores europeus. Ao abordar a subalternização da homossexualidade no Brasil durante o período colonial, Fernandes (2017) destaca que a colonização implicou na criação de um aparato para normalizar as sexualidades indígenas, adaptando-as à ordem colonial. A punição recaía sobre aqueles/as que subvertiam as normas binárias e heterossexuais. O caso de Tibira do Maranhão exemplifica a abrangência das diferenças de gênero e sexualidade pré-coloniais que, distintamente das noções ocidentais, não se baseavam na biologia.

A visão discriminatória e violenta direcionada àqueles/as que não se adequam às regras da organização ocidental de sexo/gênero é um dos componentes do que Lugones (2018) define como *sistema de gênero moderno/colonial*, organizado sobre o dimorfismo biológico, a cis-heteronormatividade e o patriarcado.

O sistema de gênero tem um lado claro e um lado escuro. O lado claro constrói o gênero e as relações de gênero hegemonicamente, ordenando somente as vidas de homens e mulheres brancos burgueses e constituindo o significado moderno/colonial de homens e mulheres. [...] O lado escuro do sistema de gênero foi e é completamente violento. (LUGONES, 2018, p. 267).

Apesar da imposição da cis-heterossexualidade nas relações sociais, identidades subjugadas resistem à dominação. Oyěwùmí (2020) destaca que no Sul Global há validação de identidades outras, embora associada à segregação de gêneros. Assim, o sistema de gênero moderno/colonial revela a desumanização de forma evidente, mas não é um aspecto levado em conta na teoria ocidental de gênero.

Conforme Fernandes, “o poder colonial se assenta nessa assimetria de forças – ontológicas, epistemológicas, políticas – de tal modo a abrir uma fissura naquelas pessoas cujas vidas não se enquadrem nos modelos hegemônicos” (FERNANDES, 2017, p. 645-646). Entrelaçamos essa assertiva ao discurso de Lugones (2018) sobre a ciência moderna, com o intuito de causar uma reflexão: se todas as pessoas são adequadas a machos/homens ou fêmeas/mulheres, a produção do conhecimento na modernidade foi generificada. Tanto a universidade quanto a escola são reconhecidas como espaços de construção do conhecimento, tendo professores/as e alunos/as como protagonistas. Porém, a conjuntura global de incertezas na crise das democracias liberais, destacada por Nancy Fraser (2020), aliada ao neoconservadorismo e ao autoritarismo em ascensão, busca silenciar debates sobre gênero e sexualidade nas escolas. Isso resulta frequentemente na falta de representatividade e na imposição da cis-heteronorma sobre os corpos presentes nas salas de aula.

Masculinidades, gênero e educação: panorama da pesquisa realizada em teses e dissertações brasileiras

Este estudo é considerado um *estado do conhecimento*, pois visa analisar teses e dissertações sobre processos educativos de gênero e sexualidade, destacando a masculinidade hegemônica. Segundo Joana Paulin Romanowsky e Romilda Teodora Ens (2006), essa abordagem realiza levantamentos sobre o conhecimento produzido em determinado tema, explorando pesquisas em um setor de publicações relacionadas à temática estudada. Isso permite identificar enfoques, temas mais pesquisados e lacunas existentes.

Neste caso, realizou-se um levantamento das teses e dissertações nas plataformas virtuais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. Não foi delimitado um recorte temporal específico para que houvesse um espectro mais abrangente. A seleção dos descritores utilizados está pautada em aportes epistemológicos das produções de Raewyn Connell, em especial do livro *Gênero em termos reais* (2016).

Utilizamos primeiramente os descritores *masculinidade hegemônica*, *educação* e *decolonialidade*, porém, nenhum resultado foi encontrado. O mesmo ocorreu quando se substituiu o descritor *decolonialidade* por *decolonial* e por *colonialidade*. Isso se deu provavelmente porque a discussão envolvendo gênero e educação como pensamento decolonial brasileiro é muito recente. Optamos por ampliar o campo de busca, empregando como descritores *masculinidade hegemônica* e *educação*. No sistema da BDTD foram encontrados 24 resultados (15 dissertações e 9 teses). Já a página da CAPES apresentou 29 resultados (18 dissertações e 11 teses). Houve a repetição de quatro documentos nessas plataformas.

Uma leitura preliminar das seções *palavras-chave* e *resumos* permitiu identificar se nesses 49 documentos a discussão que promoviam centrava-se no processo de construção de uma identidade masculina frente à norma hegemônica e sua relação com as múltiplas masculinidades que circulam pelos espaços escolares dos/as adolescentes. A partir dessa premissa, foram descartados os trabalhos centrados em cinema; literatura; transmasculinidades e travestilidades; esportes; Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação em Unidades Prisionais, Educação Profissional e Ensino Superior; ensino e aprendizagem de componentes curriculares específicos; paternidade; áreas jurídicas, de saúde e administração; violências domésticas, sexuais e conjugais; formação de professores/as; pornografia; sites de encontros; currículos de escolas confessionais; e teorias da aprendizagem. Dessa forma, constituiu-se um *corpus* de pesquisa com 17 documentos para análise, sendo 12 dissertações e 5 teses. O número de produções encontradas revela um campo de discussão insurgente no contexto educacional, que necessita ainda de mais contribuições para pensarmos outras realidades de injustiças estruturais e sistêmicas.

As produções selecionadas foram catalogadas por data, da mais recente para a mais antiga, e por tipo, sendo que o grupo das Dissertações – D varia de 01 a 12, e o grupo das Teses – T, de 01 a 05. Criamos siglas de identificação adotadas para nos referirmos às produções, que listamos por título, autoria, ano e instituição, como mostram os quadros a seguir.

Quadro 1: Teses organizadas por título, autoria, ano e instituição

TESES				
SIGLA	TÍTULO	AUTORIA	ANO	INSTITUIÇÃO
T-01	A relação entre a violência e a masculinidade a partir da psicologia histórico-cultural: sobre o desenvolvimento da personalidade e o domínio da conduta	Eduardo Alessandro Kawamura	2021	Universidade Estadual de Campinas
T-02	Masculinidades: um jogo de aproximações e afastamentos, o caso do jornal estudantil <i>O Bonde</i>	Jairo Barduni Filho	2017	Universidade Federal de Juiz de Fora
T-03	Dialética e andronormatividade: o trabalho pedagógico na gramática do capital	Guilherme Howes Neto	2017	Universidade Federal de Santa Maria
T-04	Adolescência heteronormativa masculina: entre a construção obrigatória e a desconstrução necessária	Welson Barbosa Santos	2015	Universidade Federal de São Carlos
T-05	Heteronormatividade e sexualidades LGBT: repercussões dos discursos escolares sobre sexualidade na constituição das sexualidades não normativas	Denise da Silva Braga	2012	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Fonte: Elaboração dos autores e da autora, 2023.

Quadro 2: Dissertações organizadas por título, autoria, ano e instituição

DISSERTAÇÕES				
SIGLA	TÍTULO	AUTORIA	ANO	INSTITUIÇÃO
D-01	<i>A gente faz sem perceber</i> : gênero e adestramento dos corpos em uma escola pública de Ubá/MG	Marciano José Martins de Andrade	2020	Universidade Católica de Petrópolis
D-02	Dimensão subjetiva da masculinidade: significações de homens gays sobre o papel da escola no processo de constituição da masculinidade	Marcos Martins do Amaral	2019	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
D-03	A formação das identidades sexuais e de gênero: experiências de estudantes gays no espaço escolar	Diego Viana Borges	2019	Universidade Federal de Pelotas
D-04	Discursos de gênero no espaço escolar: quais referências de masculinidades?	Arthur Furtado Bogéa	2019	Universidade Federal do Maranhão

DISSERTAÇÕES				
SIGLA	TÍTULO	AUTORIA	ANO	INSTITUIÇÃO
D-05	<i>Seja homem de verdade!:</i> (Re)constituindo masculinidades numa escola de cidade pequena e do interior	José Rodolfo Lopes da Silva	2019	Universidade Federal de Juiz de Fora
D-06	Juventudes e masculinidades: conversando sobre gênero com estudantes em uma escola pública no município de Feira de Santana-Ba	Neide Pinto dos Santos	2019	Universidade Estadual de Feira de Santana
D-07	Análise de discurso na rede social: o programa <i>Escola sem Partido</i> e suas contribuições para a legitimação da masculinidade hegemônica	Rodrigo Luiz Nery	2019	Universidade Federal de Alfenas
D-08	As percepções de professores sobre as influências das masculinidades tóxicas nas vivências pessoais e profissionais	Rafael Ferraz Baptista	2019	Universidade Federal de São Carlos
D-09	Processos de (des)construção da masculinidade hegemônica na região metropolitana do Recife	Grasiela Augusta Morais Pereira de Carvalho	2017	Universidade Federal Rural de Pernambuco
D-10	Silêncio e naturalização na construção das masculinidades na Educação Básica	Josué Leite Santos	2013	Universidade Federal da Bahia
D-11	Corpos híbridos na docência: experiências, narrativas de si e (des) construção das masculinidades no Magistério	Rogério Machado Rosa	2009	Universidade do Estado de Santa Catarina
D-12	Pelo sentido da vista: um olhar gay na escola	Aline Ferraz da Silva	2008	Universidade Federal de Pelotas

Fonte: Elaboração dos autores e da autora, 2023.

A análise foi operacionalizada por meio da técnica *categorial temática*, cuja finalidade é a investigação de mensagens para deduzir conhecimentos relativos às suas condições de produção/recepção, evidenciando indicadores que permitem inferir sobre outra realidade que não a da mensagem (BARDIN, 2010).

Conforme Aline Lima Gonçalves (2008), as palavras-chave de uma publicação indicam os principais conceitos e a cobertura de um tema, sendo cruciais para indexação e categorização em mecanismos de busca. Assim, elaboramos um quadro que as cataloga, incluindo um elemento identificador do conteúdo dos trabalhos. Priorizamos os objetivos e as questões de investigação, considerando-os inseparáveis da problematização temática que caracteriza uma pesquisa científica.

Evidenciamos o conceito de masculinidade hegemônica atrelado às violências e resistências de gênero e sexualidade em contextos educacionais. A partir de uma leitura mais atenta desses elementos, observamos igualmente a ocorrência de termos adjacentes utilizados em alguns trabalhos como sinônimos, e, em outros, como marcador de

transgressões – *masculinidade, masculinidades, masculinidade gay, masculinidade tóxica, dominação masculina* – que foram levados em consideração nas análises dos documentos.

Cerca de 90% das teses e dissertações que abordam masculinidade hegemônica e educação tratam da temática em instituições formais de Ensino Fundamental e Médio e dialogam com os/as seguintes sujeitos/as de pesquisa: corpos discentes e docentes dessas instituições (T-03; D-01, D-05); apenas os corpos discentes (D-04, D-06, D-10); estudantes gays (D-02, D-03, D-12); professores homens (D-08), professores que não performatizam a masculinidade hegemônica (D-11); estudantes que não performatizam a masculinidade hegemônica (T-04) e pessoas LGBTI+⁶ (T-05). Duas teses analisam documentos: a T-01 investiga relatos de experiência provenientes da organização e condução de rodas de masculinidade em escolas e em movimentos sociais. Já a T-02 extrai seus dados das edições de um jornal estudantil publicado entre as décadas de 1940 e 1960.

Diante da precariedade de implementação de pedagogias capazes de superar visões biologicistas sobre o assunto, ambientes diversos se configuram como salas de aula, com a intenção de incentivar a igualdade e o respeito. Duas dissertações analisam processos pedagógicos de gênero e sexualidade em outros espaços que não a escola, como a esfera virtual das redes sociais (D-07) e localidades onde são altos os índices de violência contra mulheres (D-09). O trabalho D-07 cria um painel a partir de comentários de apoiadores/as do programa *Escola Sem Partido* na plataforma *Facebook*. O pesquisador conclui que tais postagens corroboram e legitimam a matriz de masculinidade hegemônica, inferiorizando as mulheres e os homens que não performatizam esse padrão (NERY, 2019). Na dissertação D-09 o fato de não haver uma ligação direta entre participantes e instituições de ensino chama a atenção. Além disso, a pesquisadora utiliza aportes teóricos que privilegiam autoras feministas que se apropriam de perspectivas epistemológicas do Sul Global (CARVALHO, 2017).

Pesquisar masculinidades significa investigar identidades em seus múltiplos contextos e, como expõe Carlos Henrique de Brito Furquim (2019), uma pesquisa identitária tem a pretensão de descolonizar corpos e saberes. Ou seja, uma de suas facetas consiste na preocupação em empoderar e emancipar os/as sujeitos/as e pesquisadores/as, em espaços escolares ou não. As reflexões teóricas e políticas aqui desenvolvidas apresentam indícios de que ainda estamos distantes de alcançar um igualitarismo não generificado, como o proposto por Lugones (2018). Entretanto, permitem perceber que embora haja um esforço latente para classificar corpos como (in)apropriados para exercer determinadas funções sociais, como a produção do conhecimento, também há o esforço para tornar visíveis as inquietações problematizadas, investigadas e analisadas com base em teorias e autorias *outras* – decoloniais⁷, *queer*⁸, (trans)feministas⁹, interseccionais¹⁰, *two-spirit*¹¹, *epupillan*¹² – capazes de visibilizar e denunciar desigualdades.

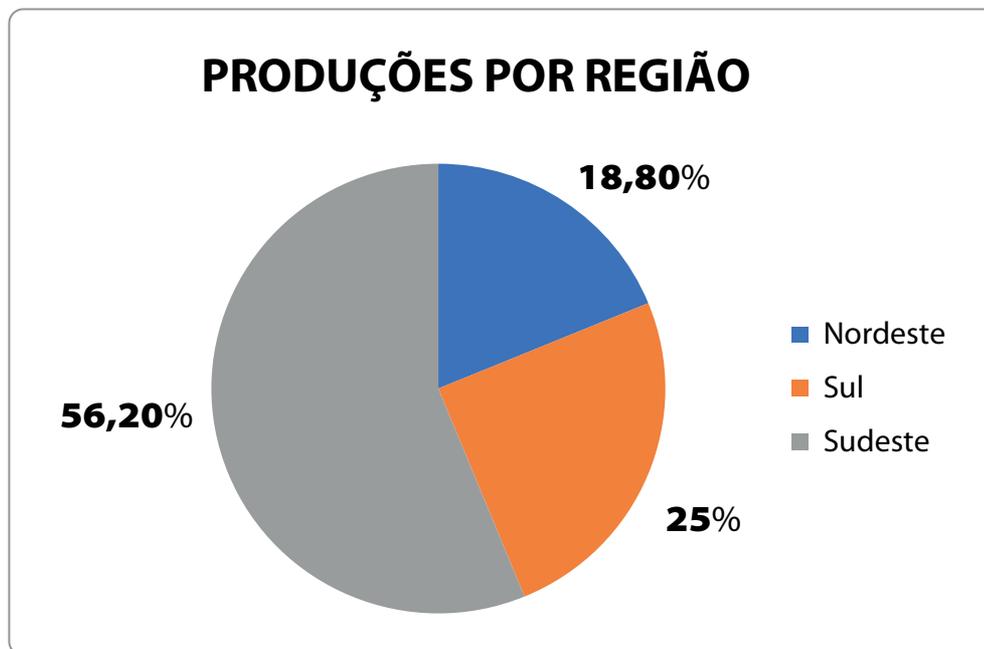
Privilegiamos essas bases teórico-epistemológicas ao analisar o *corpus*, justamente por superarem perspectivas monoculturais, etnocêntricas e hegemônicas que frequentemente determinam os modos de fazer ciência. A familiarização com seus/suas sujeitos/

as e campos permitiu traçar um panorama geral dessas pesquisas acadêmicas, que será apresentado a seguir, apontando dados relativos aos programas de pós-graduação e instituições onde foram gestadas.

Distribuição das produções na perspectiva espaço-temporal

Verificamos que há predomínio de produções da Região Sudeste seguida pela Região Sul. Também constatamos, em menor número, trabalhos do Nordeste, confirmando uma tendência observada na análise das produções acadêmicas sobre gênero, sexualidade e educação formal no Brasil, entre as décadas de 1990 e 2000, coordenada por Claudia Pereira Vianna *et al.* (2011).

Gráfico 1: Distribuição espacial das produções por região do Brasil



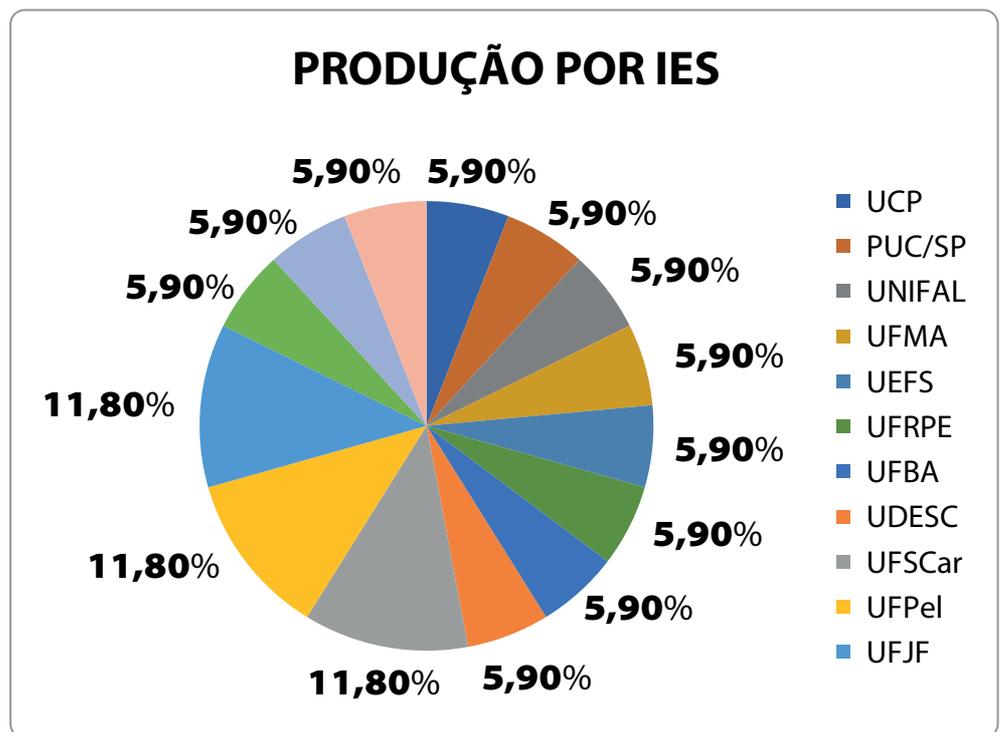
Fonte: Elaboração dos autores e da autora, 2023.

Entre as Instituições de Ensino Superior – IES com maior presença da temática masculinidades e educação, sobressaem-se as universidades públicas (88,2%) – prioritariamente as federais, mas também universidades estaduais – seguidas por um número bastante inferior de materiais produzidos em universidades particulares católicas (11,8%). Nessas IES, os Programas de Pós-Graduação em Educação concentram o maior número de produções (94% do total). Apenas duas (D-09 e D-10) diferem quanto ao Programa de Pós-Graduação em que foram elaboradas. A D-09 foi apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação,

Cultura e Identidades, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Suas considerações indicam que a construção de masculinidades lidas como não hegemônicas exige desconstruções que vão além de renunciar aos privilégios trazidos pela ordem patriarcal. Já a D-10 apresenta resultados que observam a necessidade de a escola tomar caminhos menos desiguais, buscando a incorporação de epistemologias *outras* que não apenas a dominante presente na pedagogia das masculinidades.

Apesar de haver um número expressivo de 14 IES, a maioria contribuiu com apenas um trabalho para fomentar essa discussão. A Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e a Universidade Federal de Pelotas – UFPel representam as IES que mais difundem estudos sobre masculinidade e educação, contabilizando 2 investigações cada, formalizando um percentual de aproximadamente 36% juntas.

Gráfico 2: Produção por IES



Fonte: Elaboração dos autores e da autora, 2023.

As dissertações prevalecem sobre as teses, revelando a propensão, conforme assinala Vianna *et al.*, de “corresponder à configuração mais geral da pós-graduação, em especial no campo predominante, a Educação, no qual se tem verificado uma ampliação muito mais significativa dos cursos de mestrado que de doutorado” (VIANNA *et al.*, 2011, p.

540). Concordamos com as autoras quando apontam que “essa baixa proporção de teses pode representar o predomínio de pesquisas ainda pouco maduras e teoricamente frágeis” (VIANNA *et al.*, 2011, p. 541).

Como não houve um recorte temporal específico para a busca, podemos afirmar que seja incipiente a abordagem das masculinidades – um campo teórico e político dentro dos estudos de gênero – associadas à educação. Da mais remota dissertação (D-12), produzida em 2008, até a mais recente tese (T-01), concebida em 2021, percebemos que 2019 foi o ano em que ocorreu um primeiro *boom* dessa temática, quando sete dissertações foram apresentadas (D-02, D-03, D-04, D-05, D-06, D-07 e D-08). No *corpus* delimitado, a primeira tese sobre o assunto (T-05) foi defendida em 2012.

Masculinidade hegemônica: um conceito em evidência na educação

A temática da masculinidade ainda parece ser pouco discutida em contextos outros além dos de esporte e mídia, como o educacional por exemplo. No entanto, análises de teses e dissertações consideram o gênero como construção social, formada e influenciada por conhecimentos socioculturais que envolvem relações de poder. Refutam, assim, abordagens essencialistas sobre gênero e sexualidade que buscam traços definidos como núcleo da masculinidade, de acordo com Silvio de Almeida Carvalho Filho (2008).

Mesmo tendo sido localizadas a partir dos marcadores *masculinidade hegemônica e educação*, nem todas as produções apresentam um conceito de masculinidade. Ao todo, quatro trabalhos fazem parte dessa estatística, sendo três dissertações (D-02, D-03 e D-12) e uma tese (T-05), correspondendo a 23,5% do total. Observamos que essas produções focalizam a temática LGBTI+, com ênfase na identidade gay. Isso nos leva a inferir que a masculinidade não está centrada apenas na heterossexualidade, não é fixa nem determinada única e exclusivamente por *uma* forma de existir. Significa também dizer que um homem gay não deixa de ser masculino, ou seja, ser homossexual não pressupõe condição para alteração da identidade de gênero, mas apenas a afirmação de outras formas de existir como masculino, integrando uma série de masculinidades não hegemônicas.

Diante do exposto, mesmo não tendo sido utilizado um conceito específico de masculinidade, consideramos que esses trabalhos dialogam com concepções apresentadas em estudos significativos sobre o tema (CONNELL, 1995; KIMMEL, 1998; COURTENAY, 2000; OLIVEIRA, 2004; SCHIPPERS, 2007; FRANCIS & SKELTON, 2011; CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013; VIVEROS VIGOYA, 2018) e evidenciam múltiplas formas de ser homem na sociedade – cada qual com aspectos distintivos, que influenciam modos de vida, como classe econômica, raça/etnia, sexualidade, contextos regionais e geracionais, entre outros.

A pesquisa D-01 englobou uma análise do comportamento de estudantes em relação ao que os padrões hegemônicos de masculinidade/feminilidade definem como menino e

menina. O pesquisador apoiou-se em teorias presentes nas obras *A dominação masculina*, do sociólogo francês Pierre Bourdieu, e *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, do filósofo francês Michel Foucault, para apresentar a virilidade como elemento indissociável da masculinidade hegemônica, já que se configuraria como expressão de dominação e poder (ANDRADE, 2020). Outras produções também utilizam os referidos autores e obras em seus campos teóricos. *A dominação masculina*, de Bourdieu, é usada em mais três 3 dissertações (D-06, D-09 e D-11) e em 1 tese (T-03). Já *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, de Foucault, aparece como referência em mais 5 dissertações (D-03, D-04, D-05, D-10 e D-11) e em três teses (T-02, T-04 e T-05). Os volumes que compõem sua obra *História da sexualidade* também são citados expressivamente em 9 trabalhos (T-02, T-04, T-05, D-03, D-04, D-05, D-10, D-11, D-12).

Descortina-se, também, uma tendência que considera perspectivas e leituras de mundo *outras* ao trabalhar com o conceito de masculinidade hegemônica. Cerca de 70% do *corpus* dá ênfase à discussão, utilizando conhecimentos elaborados a partir do Sul Global, como a socióloga australiana Raewyn Connell, cujos postulados se aproximam do pensamento crítico decolonial.

O pensamento feminista no século 20 desnaturalizou a subjetividade feminina, desencadeando um movimento semelhante na (re)consideração da masculinidade. Connell (1995), ao conceituar a masculinidade hegemônica, destaca a construção social das relações de gênero não apenas entre homens e mulheres, mas também entre homens e seus distintos modelos de masculinidade (CARVALHO FILHO, 2008). As teses e dissertações apresentam uma gama de publicações de Connell, as quais subsidiaram profícuas discussões teóricas no campo das masculinidades. Para bem apresentá-las, organizamos o Quadro 3, conforme o número de produções que as utilizam, a saber:

Quadro 3: Referenciais teóricos de Connell utilizados nas teses e dissertações

TIPO	TÍTULO	ANO	UTILIZADO POR
Artigo	Masculinidade hegemônica: repensando o conceito	2013	T-01 T-02, T-03, D-04, D-06, D-07, D-08 e D-09
Artigo	Políticas da masculinidade	1995	T-02, T-04, D-04, D-05, D-07, D-08 e D-10
Livro	Masculinities	1995 (1 ed.) e 2005 (2 ed.)	T-01, T-03, D-04, D-05 e D-11
Artigo	La organización social de la masculinidad	1995	D-04, D-06, D-09, D-11
Artigo	Teaching the boys: new research on masculinity, and gender strategies for schools	1996	D-04
Artigo	Questões de gênero e justiça social	2014	T-03
Livro	Gênero em termos reais	2016	D-07
Palestra	Masculinities	2016	T-03

Fonte: Elaboração dos autores e da autora, 2023.

O pensamento de Connell (2013) sobre masculinidades evidencia uma interconexão entre todas as formas de expressão masculina. Há o reconhecimento de que a masculinidade hegemônica exerce influência sobre as masculinidades subordinadas, ao mesmo tempo em que também é influenciada por elas. A autora amplia o conceito das masculinidades para além das opressões perpetradas por homens contra mulheres, sugerindo também uma reflexão sobre aqueles que sofrem opressão dentro do universo masculino.

A masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de masculinidades. [...] Por isso, é importante sempre lembrar as relações de poder que estão aí envolvidas (CONNELL, 1995, p. 188).

Assim, aludindo ao sistema de gênero descrito por Lugones (2018), percebemos que Connell (1995; 2013; 2016) apresenta dois lados das masculinidades, um claro (a masculinidade hegemônica) e outro ainda obscuro (as masculinidades subordinadas). Identificamos nas produções analisadas que o lado claro desse sistema geralmente é associado a violências, enquanto o lado obscuro costuma apresentar narrativas de resistência.

Masculinidade hegemônica e violência na escola

Ao explorar a interseção entre masculinidade e educação, observamos que todos os estudos revisados destacam diversas formas de discriminações e violências que legitimam a masculinidade hegemônica, especialmente no contexto das instituições escolares. Essas abordagens evidenciam a necessidade de uma análise crítica e transformadora das dinâmicas educacionais para desconstruir estereótipos de gênero arraigados. No âmbito dessa discussão, a tese T-03 fornece insights ao explicar que práticas cotidianas nas escolas, que se manifestam frequentemente com violência e opressão sobre questões relacionadas a corpo, gênero e sexualidade, tendem a ser naturalizadas e normalizadas, perpetuando desigualdades e injustiças (HOWES NETO, 2017).

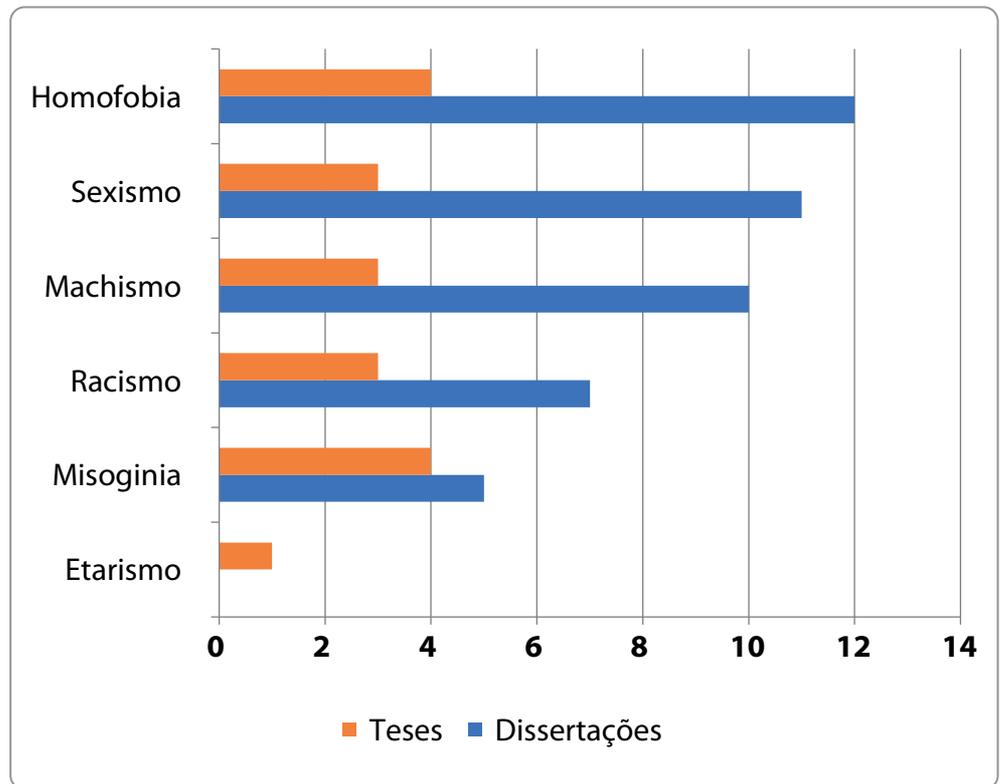
Reportando-nos novamente ao Painel NEPRE, não é de se estranhar que mais de 60% dos agressores sejam *masculinos* e a maior parte das vítimas seja *feminina*. A sociedade como um todo corrobora a perpetuação do binarismo de gênero baseado na biologia e privilegia quem desenvolve papéis hegemônicos de masculinidade. Ao dissertar sobre masculinidades tóxicas, a D-08 encara as discriminações como elementos estruturantes do espaço escolar. Assim, a escola teria se tornado um ambiente de reprodução dos preconceitos sócio-historicamente construídos, estimulando a discriminação de sujeitos/as que fogem às normas (BAPTISTA, 2019).

Para Miriam Abramovay *et al.* (2004), são múltiplas as violências de gênero praticadas dentro da escola e legitimadas por padrões culturais dominantes, que, em nome de

uma suposta virilidade, mantêm hierarquias e moralismos que classificam como normal uma única vivência da sexualidade, ocasionando sofrimentos e revolta nas vítimas. A autora chama a atenção para o fato de que, por serem normalizadas e prestigiadas, muitas práticas discriminatórias não chegam a ser entendidas como violência.

Não apenas as masculinidades são múltiplas. Assim também são os obstáculos impostos para uma aparente adequação à forma hegemônica. Frente a inúmeras identidades masculinas que dela tentam fugir, elaboramos um quadro profuso de marcadores reconhecidos pelas produções analisadas como intrínsecos aos processos de violência. Como observamos no Gráfico 3, a homofobia adquire maior ênfase, seguida de sexismo e machismo. Também aparecem na lista o racismo, a misoginia e o etarismo.

Gráfico 3: Marcadores de violências e discriminações associadas à masculinidade hegemônica



Fonte: Elaboração dos autores e da autora, 2023.

Partindo da premissa de Lugones (2018), de que o lado claro do sistema de gênero moderno/colonial só foi implementado porque contou com cúmplices, compreendemos melhor os pressupostos de Connell, ao aduzir:

A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (CONNELL, 2013, p. 245).

Isto nos leva a pensar que o apego arraigado a uma ficção hegemônica de gênero leva os próprios homens a construir artifícios de manutenção das suas opressões, principalmente da homofobia. Rogério Diniz Junqueira considera que essa discriminação “transcende a hostilidade e a violência contra LGBT e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, ao mesmo tempo sexistas e heteronormativos” (JUNQUEIRA, 2007, p. 61).

O termo *heterossexismo*, utilizado em 6 produções (T-05, D-02, D-03, D-08, D-10 e D-12), provavelmente enfatiza o quanto são subjugadas as relações sociais demarcadas por masculinidades que não estejam no topo de uma hierarquia heterossexual. Nesse sentido, concordamos com Rafael Ferraz Baptista ao concluir que “a homofobia e o heterossexismo atuam de forma constante na escola e limitam a aceitação de outras masculinidades” (BAPTISTA, 2019, p. 43).

Contudo, o sistema de gênero moderno/colonial também possui um lado dito obscuro, formado por identidades *outras* que rompem com as imposições binárias, sendo comumente relacionadas a inúmeras abjeções e, por isso, caem no esquecimento do silêncio e da invisibilidade. A função desse outro lado do sistema de gênero é, conforme Lugones (2018), trazer à tona narrativas não hegemônicas a fim de visibilizar resistências.

Masculinidades, conhecimento e resistência

Configuradas como dispositivos da colonialidade do poder, as relações sociais de sexo/gênero possuem como base a dominação, a exploração e a opressão. Porém, essas relações não são fixas. Ao contrário, ganham muitas ressignificações ao longo do tempo e a depender do lugar. Afinal, mesmo tendo que enfrentar políticas higienistas de gênero e sexualidade nos mais diversos espaços sociais, os/as dissidentes, transgressores/as e subversivos/as existem e resistem.

Não discordamos das reflexões filosóficas levantadas por produções de inclinação foucaultiana (T-04, D-05 e D-10). Se *onde há poder, há resistência*¹³, então, poder e resistência não podem ser tratados separadamente. Dessa forma, as resistências demonstrariam pluralidades e diferentes possibilidades – afinal, quanto mais se tenta estabelecer o controle, mais resistências são produzidas (SILVA, 2019; SANTOS, 2013). Contudo, a acepção teórica e política de resistência que empregamos nesta discussão se aproxima da apresentada pela dissertação D-11, que encontra em Connell (1995) a noção de resistência associada às experiências de gênero e sexualidade. Afastando-se de definições atreladas à *norma*

ou ao *desvio*, resistir ganha sentido de *escapar*. Desse modo, a resistência é vista como ato político que considera necessário dar visibilidade teórica às pessoas que não se situam nos padrões hegemônicos de gênero (ROSA, 2009). Constatamos, assim, a predominância de um perfil de gênero dos/das autores/as das pesquisas analisadas. A maioria dos/das pesquisadores/as (76%) se autodeclara homem, sendo que 70% deles fazem menção a marcadores socioculturais, tais como gênero, sexualidade e raça no processo de narrar a si, principalmente nas seções em que relatam a aproximação entre pesquisador/a e objeto de pesquisa.

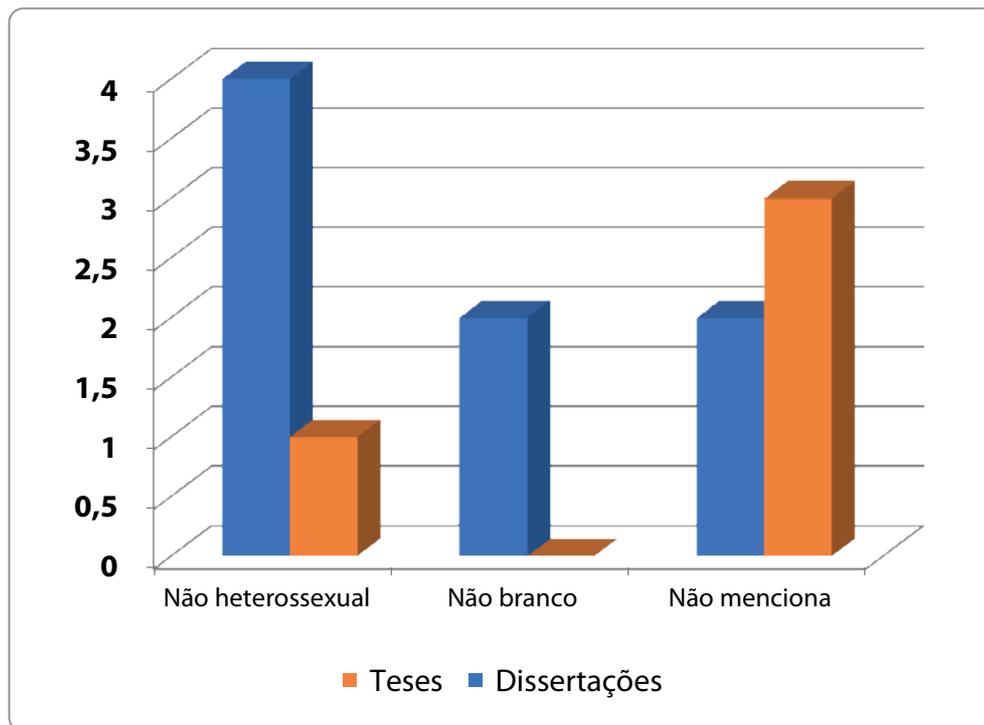
Esses dados se tornam relevantes, pois a partir da assertiva de Paulo Freire (1987) de que não haveria ação humana se as pessoas não fossem capazes de captar a sua realidade, de conhecê-la para transformá-la, é possível inferir que, embora tímida, como aponta o número de produções, a masculinidade hegemônica passa a ser problematizada internamente, enquanto forma de questionar as possibilidades de *ser homem*. Além disso, observamos a intencionalidade de demarcar experiências contra-hegemônicas relacionadas a gênero, sexualidade e raça. Essas informações, trazidas de maneira explícita, levam-nos a (re)conhecer inquietações dos próprios homens em problematizar as desigualdades que se impõem a esse papel de gênero.

Ao colocar-se como protagonista da investigação identitária, Carlos Furquim pondera que

pensando em investigar mais sobre os Outros, descobro mais coisas sobre mim. E assim, trago para o campo do conhecimento o meu corpo em processo de enunciação. Trago também os múltiplos corpos, semelhantes ao meu, para demarcar no campo do saber a nossa existência. Escrevo por mim e também por muitos que, no decorrer da História, tiveram o silêncio como ferramenta de sobrevivência. Abro as portas do armário, porque quero descobrir mais coisas sobre o grupo que me constitui e também porque aspiro contribuir para a visibilização de saberes produzidos por homens gays (FURQUIM, 2019, p. 14).

Pelos números apresentados no Gráfico 4, percebemos que esses marcadores aparecem em maior quantidade entre mestrands, tornando os/as doutorandos/as uma minoria de pesquisadores/as que demarcam identidades/experiências subjetivas ao escreverem sobre masculinidade.

Gráfico 4: Marcadores socioculturais utilizados por autores homens



Fonte: Elaboração dos autores e da autora, 2023.

Diante da escassez de estatísticas sobre pessoas LGBTI+ na sociedade brasileira, a presença desses marcadores na delimitação de um perfil de autoria contribui para um rompimento relacionado à ausência e ao silenciamento de uma ancestralidade não cis-heterossexual, inclusive em produções científicas. A esse respeito, a Comunidade Catrileo+Carrión ensina que “o pouco que sabemos foi escrito por homens brancos que não compreendem essas experiências para além de uma noção heteronormativa” (COMUNIDADE CATRILEO+CARRIÓN, 2020, p. 3). É possível afirmar então, que, ao associarem suas opressões de gênero e sexualidade aos objetos de suas investigações, esses/as pesquisadores/as se empoderaram para transformar suas próprias vivências. cremos que aí resida um processo de resistência.

Os dados divulgados por esses/as pesquisadores/as colaboram para dar visibilidade a essa parcela da população, ao passo que contribuem para a diminuição de estigmas quanto às múltiplas masculinidades que circulam socialmente. Mesmo assim, frente às diversas possibilidades que a ação de resistir adquire em distintos contextos, as discussões e os resultados sobre resistência promovidos por essas investigações ainda carecem de uma análise mais cuidadosa e aprofundada.

Mesmo que em estágio inicial, verificamos que a área da educação passa a elaborar e a considerar conhecimentos *outros* sobre esses corpos e identidades, que trazem consigo epistemes nascidas de experiências *outras*, que enfrentam estigmas e paradigmas na busca por uma sociedade mais justa e igualitária e confiam na educação para alcançá-la.

Recebido em: 27/07/2023; Aprovado em: 06/02/2024.

Considerações finais

Na busca pela compreensão de como as produções acadêmicas vêm abordando práticas sociais sobre masculinidades em contextos educacionais foram encontradas discussões plurais em inúmeros aspectos, embora convergentes quanto à ideia de que é necessário desconstruir estigmas que subjugam e classificam seres humanos como inferiores, especialmente em relação a gênero e sexualidade.

O fato de utilizarem epistemologias não ocidentais, como as do Sul Global, representadas por Raewyn Connell, indica uma tendência que visa a decolonizar saberes em busca de verdades *outras*, sobretudo as verdades produzidas por corpos discriminados por um sistema que, desde as origens coloniais do século 16, tenta discipliná-los frente a uma suposta normalidade entendida como hegemonia. O disciplinamento do qual tratam se manifesta frequentemente por meio de violências e discriminações severas, enraizadas sistematicamente na escola, considerada a primeira fonte de cidadania e civilidade que encontramos desde a infância. Enquanto as violências se destacam nas discriminações evidenciadas pela dinâmica do sistema de gênero moderno/colonial, há também a presença de saberes provenientes de corpos que desafiam o binarismo heterossexista, ocupando, de maneira resumida, o dito lado obscuro desse mesmo sistema.

Enquanto a maioria das produções enfatiza as práticas de violência baseadas em gênero e sexualidade, poucas se dedicam com a mesma ênfase às experiências contra-hegemônicas. No entanto, encontram-se traços de resistência à cis-heteronorma, seja nos elementos formais das pesquisas, seja nas entrelinhas que proclamam, de modo explícito, a necessidade de uma escola mais humanizada, capaz de educar para a superação das desigualdades e injustiças cotidianas.

Notas

- 1 Sujeitos/as que são definidos/as, classificados/as e determinados/as com base no sexo biológico de nascimento, o qual essencializa e naturaliza comportamentos dentro de uma normatividade binária de sexo/gênero.

- 2 A partir de reflexões tecidas por Berenice Bento (2011), compreendemos que existe uma avidez em afastar da escola estudantes que a ‘contaminam’. Trata-se de um processo de expulsão, não de evasão.
- 3 Optamos por utilizar os prenomes de autores e autoras, principalmente em suas primeiras inserções no texto, o que consideramos ser coerente com a proposta da decolonialidade, uma vez que o sobrenome é um traço patriarcal que invisibiliza os gêneros dos/das sujeitos/as, sobretudo femininos.
- 4 Nome pelo qual era reconhecido por seus habitantes o território que, após 1492, passou-se a denominar América.
- 5 Aníbal Quijano (2010) compreende a colonialidade do poder como um sistema de dominação e controle, enraizado na hierarquia racial e na exploração econômica, estabelecido durante o período colonial e que continua a moldar as estruturas sociais, políticas e culturais até os dias de hoje, perpetuando relações de poder desiguais entre grupos sociais. A colonialidade do poder abrange aspectos como a imposição de ideologias eurocêntricas, a marginalização e subalternização de culturas e conhecimentos não ocidentais, além da exploração de recursos e mão de obra dos territórios colonizados.
- 6 Em consonância com Renan Quinalha, optamos pelo uso da sigla LGBTI+ porque “tem sido a formulação mais consensual no âmbito do movimento organizado no Brasil, incluindo pessoas intersexo e com um sinal de +, que expressa o caráter indeterminado, aberto e em permanente construção dessa comunidade que desafia as estruturas binárias e heterocisnormativas da nossa sociedade” (QUINALHA, 2022, p. 11).
- 7 A teoria decolonial, oriunda das ciências sociais e da filosofia, desafia estruturas coloniais, reavalia conhecimentos eurocêntricos e busca promover diversidade, autonomia e justiça social (QUIJANO, 2010).
- 8 A teoria *queer* tem origem nos estudos culturais e na teoria pós-moderna; segundo Judith Butler (2018), critica normas sociais de sexualidade e gênero, desafiando categorias binárias tradicionais para promover aceitação de identidades não normativas.
- 9 Teorias (trans)feministas abordam questões de gênero, incluindo a interseção com identidades trans. Buscam compreender complexidades sociais, incorporando perspectivas inclusivas além da binaridade tradicional.
- 10 Autores/as interseccionais buscam compreender as interações entre diferentes formas de opressão, como raça, gênero, classe social, orientação sexual. Originadas nos estudos críticos de gênero e raça, de acordo com Kimberlé Crenshaw (2015), visam uma análise mais inclusiva das estruturas sociais e desigualdades.
- 11 A teoria *two-spirit*, perspectiva indígena norte-americana, reconhece identidades de gênero diversas e não binárias. O termo *two-spirit* reflete conceitos tradicionais que transcendem categorias estritas de masculino e feminino, destacando riqueza e diversidade de identidades de gênero nas comunidades originárias.
- 12 *Epu Pillan* mantém similaridades com a teoria *two-spirit*, mas no contexto latino-americano, especificamente na sociedade Mapuche. Desafia concepções binárias ocidentais, promovendo respeito pela pluralidade de experiências de gênero (COMUNIDADE CATRILEO+CARRIÓN, 2021).
- 13 Alusão a uma célebre frase de Michel Foucault (FOUCAULT, 2009).

Referências

ABRAMOVAY, Miriam *et al.* *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

ANDRADE, Marciano José Martins de. *A gente faz sem perceber: gênero e adestramento dos corpos em uma escola pública de Ubá/MG*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis/RJ, 2020.

BAPTISTA, Rafael Ferraz. *As percepções de professores sobre as influências das masculinidades tóxicas nas vivências pessoais e profissionais*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2019.

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 549-559, maio/ago. 2011.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARVALHO, Grasiela Augusta Morais Pereira de. *Processo de (des)construção da masculinidade hegemônica na região metropolitana do Recife*. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife/PE, 2017.
- CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida. *A Masculinidade em Connell: os mecanismos de pensamento articuladores de sua abordagem teórica*. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH RIO, 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPUH, 2008. p. 1-8.
- COMUNIDADE CATRILEO+CARRIÓN. Utopias mapuche não binárias para um presente epupillan. *Cadernos de Leitura*, Belo Horizonte: Chão da feira, n.124, 2021.
- CONNELL, Raewyn. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul/dez. 1995.
- CONNELL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos Editora, 2016.
- CONNELL, Raewyn & MESSERSCHMIDT, James W. *Masculinidade hegemônica: repensando o conceito*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan/abr. 2013.
- COURTENAY, Will Harrison. Constructions of masculinity and their influence on men's well being: A theory of gender and health. *Social Science & Medicine*, v. 50, n. 10, p. 1385-1401, maio. 2000.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Porque é que a interseccionalidade não pode esperar*. Ação pela Identidade [Site], 2015. Disponível em: <<https://apidentidade.wordpress.com/2015/09/27/porque-e-que-a-interseccionalidadenaopodeesperar-kimberle-crenshaw/>>. Acesso em: 26 dez. 2023.
- FERNANDES, Estevão Rafael. *Quando o armário é na aldeia: Colonialidade e normalização das sexualidades indígenas no Brasil*. In: X SIMPÓSIO LINGUAGENS E IDENTIDADES DA/NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL. Anais... Rio Branco: UFAC, 2016, s.n.
- FERNANDES, Estevão Rafael. Ser índio e ser gay: tecendo uma tese sobre homossexualidade indígena no Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v. 21, n. 3, p. 639-647, out. 2017.
- FRANCIS, Becky & SKELTON, Christine. Men Teachers and the Construction of Heterosexual Masculinity in the Classroom. *Sex Education: Sexuality, Society and Learning*, Colorado, v. 1, n. 1, p. 9-21, abr. 2011.
- FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo ainda não nasceu*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2009.
- FURQUIM, Carlos Henrique de Brito. A pesquisa identitária e o sujeito que pesquisa. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 11-23, 2019.
- GONÇALVES, Aline Lima. Uso de resumos e palavras-chave em Ciências Sociais: uma avaliação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 78-93, out. 2008.

HOWES NETO, Guilherme. *Dialética e andrornormatividade: o trabalho pedagógico na gramática do capital*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. *Revista Educação On-line PUC*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 64-83, 2012.

KAWAMURA, Eduardo Alessandro. *A relação entre violência e masculinidade a partir da Psicologia Histórico-Cultural: sobre o desenvolvimento da identidade e o domínio da conduta*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2021.

KIMMEL, Michael Scott. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizonte antropológico*, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

LUGONES, Maria. Heterossexualismo e o sistema de gênero colonial/moderno. In: BAPTISTA, Maria Manuel (Org.). *Gênero e Performance: textos essenciais*. Coimbra: Grácio Editor, 2018. p. 239-270.

MOTT, Luiz. A homossexualidade entre os índios do Novo Mundo antes da chegada do homem branco. In: BRITO, Ivo et al. *Sexualidade e saúde indígenas*. Brasília: Paralelo 15, 2011. p. 83-94.

NERY, Rodrigo Luiz. *Análise de discurso na rede social: o programa Escola Sem Partido e suas contribuições para a legitimação da masculinidade hegemônica*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas/MG, 2019.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ. Conceituando gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloísa. Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 96-108.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ROMANOWSKI, Joana Paulin & ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set/dez. 2006.

ROSA, Rogério Machado. *Corpos híbridos na docência: experiências, narrativas de si e (des) construção das masculinidades no Magistério*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2009.

SANTOS, Josué Leite dos. *Silêncio e naturalização na construção das masculinidades na Educação Básica*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2013.

SCHIPPERS, Mimi. Recovering the feminine other: masculinity, femininity, and gender hegemony. *Theor Soc.* v. 36, n. 85, p. 85-102, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11186-007-9022-4>>. Acesso em: 09 mai. 2023.

VIANNA, Claudia Pereira et al. Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 115, p. 525-545, abr/jun. 2011.

VIVEROS VIGOYA, Mara. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder em Nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.